

ÍNDICE INTERATIVO

[Tratamento da nova lei de proteção de dados será especial para o setor de saúde](#) - Fonte: Saúde Business

[AllCare cria plano com cobertura de medicamentos](#) - Fonte: Valor Econômico

[Novas tecnologias para melhorar a saúde no dia a dia](#) - Fonte: IEES

[Adequação à regulamentação pode estar influenciando o total de beneficiários](#) - Fonte: IEES

[ANS promove novos encontros de avaliação das propostas de atualização do Rol](#) - Fonte: ANS

[Emprego na saúde avança quase 10%](#) - Fonte: IEES

[Planos odontológicos: número de beneficiários pode chegar a 27,4 mil](#) - Fonte: Revista Apólice

TRATAMENTO DA NOVA LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS SERÁ ESPECIAL PARA O SETOR DE SAÚDE

Saúde Business – 28/01/2020

Com prazo para vigorar em 16 de agosto de 2020, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) vai afetar todos os setores que trabalham com informação, bem como o de Saúde. Segundo o advogado Phillipe Fabrício de Mello, assessor jurídico da Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Paraná (Fehospar), Associação dos Hospitais do Paraná (Ahopar) e Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Saúde do Paraná (Sindipar), o tratamento da LGPD para este setor será especial. “Os chamados dados pessoais sensíveis que clamam tratamento ainda mais efetivo pelos agentes de tratamento (controlador e operador de dados), são a esmagadora maioria dentre aqueles tratados nas organizações do negócio Saúde, sejam custeadores, sejam prestadores de serviços”, explica.

Na LGPD, o consentimento do titular do dado pessoal será indispensável. O titular terá que saber quais dados serão coletados, qual a finalidade e o caminho que percorrerá dentro da organização, podendo até mesmo solicitar acessos imediatos e que sejam apagados posteriormente. No entanto, com relação aos dados pessoais sensíveis para a atenção à saúde, não haverá a necessidade de consentimento, mas deve-se ocorrer unicamente para a recuperação da saúde do titular e para envio de informações entre custeadores e prestadores de serviços. “Há ressalvas sobre como ocorrem, à exemplo da Resolução nº 1.614/2001, do Conselho Federal de Medicina, que disciplina a Auditoria Médica”, relata o assessor jurídico.

Segundo ele, o Prontuário também está incluído nesta sistemática, pois a guarda das informações pelos hospitais e prestadores de serviço de saúde ocorre por imposição normativa, constituindo esta relação com o paciente como Contrato de Depósito Necessário, conforme o artigo 647, inciso I, CC. As informações não podem ser retiradas dos hospitais e/ou das dependências dos prestadores de serviço de saúde, salvo solicitação do titular ou representante legal. O documento em que constam dados sensíveis produzidos e

coletados devem permanecer sob estrito sigilo, como instrumento de proteção da saúde do paciente, também titular dos dados. “Por isto é que pensamos inclusive, que não há a possibilidade do titular solicitar que sejam apagados os seus dados sensíveis de Prontuários, demanda que certamente deverá ser resolvida pela ANPD, quando implantada de fato”, avalia o advogado.

Finalidade

A LGPD protegerá os dados pessoais das pessoas naturais (pessoas físicas), desde que coletados no Brasil ou que estejam em solo nacional, e, ainda, aqueles com objeto de oferta de produtos ou serviços para o público brasileiro. A exceção será a Segurança Pública, de Estado e defesa nacional; investigação e políticas de repressão criminal; aqueles dados somente em trânsito no Brasil; Jornalismo, Arte e Academia, e; fins particulares. “Perceba-se que não há a proteção pela LGPD de dados de pessoas jurídicas e aquelas falecidas, que encontram proteção em outros mecanismos no Brasil”, constata Phillipe.

As penalidades que serão aplicadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) constituída pela Presidência da República serão limitadas a 2% do faturamento das empresas, até R\$ 50 milhões. “Certamente que o vulto da penalidade é assustador, como foi a intenção do legislador, mas é o pior cenário. Não deverá ocorrer a aplicação de altas penalidades àquela pessoa que cumpre com os preceitos de tratamento do dado pessoal, que é: “coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, segundo o artigo 5º, inciso X, da LGPD”, explica o assessor jurídico. A ANPD deverá atuar de maneira conjunta com os demais agentes públicos e privados, como Conselhos Profissionais, Sindicatos, Associações, visando a aplicação da LGPD.

ALLCARE CRIA PLANO COM COBERTURA DE MEDICAMENTOS

Valor Econômico – 27/01/2020

Administradora de planos de saúde por adesão faz parceria com a ePharma para venda de convênio com cobertura de medicamentos

A AllCare, administradora de planos de saúde por adesão, e a ePharma, que atua em assistência farmacêutica, fecharam parceria para comercialização de um convênio médico com cobertura de medicamentos. Essa modalidade é comum nos Estados Unidos, mas no Brasil não vingou por ser um custo adicional.

No entanto, agora, com o crescimento dos programas de prevenção de doenças para evitar sinistros elevados e controlar os custos do plano de saúde, a cobertura de medicamentos ganha relevância. “Às vezes, é até melhor financiar o medicamento do que deixar o paciente internar. Muitas pessoas não tomam remédio porque não têm condições financeiras para comprar”, disse Farias Sousa, presidente da AllCare.

A AllCare possui 160 mil usuários de planos de saúde por adesão e faz a gestão de uma carteira com 100 mil convênios médicos corporativos.

O novo serviço será oferecido aos atuais e novos clientes. A expectativa é que cerca de 30% dos 160 mil usuários de planos por adesão contratem a cobertura de medicamentos. O valor cobrado dependerá dos serviços contratados.

“São sempre remédios com prescrição médica. O usuário poderá contratar cobertura para medicamentos genéricos ou de marca, com coparticipação ou não”, disse Luiz Carlos Silveira Monteiro, fundador e presidente da ePharma. A empresa faz gestão de vários programas, como o Farmácia Popular. A ePharma tem como controladores o fundo Valliant, com uma participação de 42%, as redes de farmácia Pague Menos e Araújo, com 32%, e os fundadores que detêm o restante.

Questionados sobre o impacto da cobertura de medicamentos e a taxa de sinistralidade dos planos de saúde, os executivos disseram que ainda não é possível mensurar porque se trata de um produto novo no país. “No Brasil, não temos dados, mas nos Estados Unidos, para cada US\$ 1 investido em medicamento, há uma economia de US\$ 7 em internação”, afirmou o presidente da ePharma.

O serviço permitirá a formação de um banco de dados. A ePharma consegue rastrear as compras dos medicamentos porque seu sistema está integrado a 27 mil farmácias do país, cerca de metade desse setor. Isso permitirá à AllCare ter informações sobre a saúde dos seus usuários.

“Não adianta só ter programas de prevenção ou dar remédios, é preciso acompanhar também se eles estão fazendo o tratamento corretamente”, disse o presidente da AllCare, que fará esse trabalho de acompanhamento.

NOVAS TECNOLOGIAS PARA MELHORAR A SAÚDE NO DIA A DIA

IESS – 27/01/2020

A aplicação de novas tecnologias em soluções disruptivas com foco na saúde populacional tem crescido exponencialmente. Uma das maiores provas é o destaque que essas novidades têm recebido durante a [Consumer Electronics Show \(CES\)](#), a maior feira de tecnologia do mundo.

Novos aparelhos celulares, TV e “automóveis” que voam ainda são as maiores estrelas do evento, mas mesmo estes equipamentos têm sido apresentados com uma quantidade crescente de recursos relacionados à qualidade de vida e bem-estar. Além disso, o total de expositores de soluções de saúde cresceu quase 25% na comparação entre a edição 2020 e a de 2019.

Um exemplo que deve chegar ao mercado consumidor rapidamente é a nova escova de dentes da Procter & Gamble, que promete usar machine learning e inteligência artificial para ajudar o usuário a melhorar seu processo de escovação, prevenindo o surgimento de cáries e outros problemas de

saúde bucal. O que pode ajudar bastante o brasileiro, já que o País conta com Índice de Dentes Cariados, Perdidos ou Obturados (CPO-D) bastante superior ao considerado ideal pela Organização Mundial de Saúde (OMS) – [como já comentamos](#).

Na frente de wearables também há inovações interessantes. Além das novidades em relógios e óculos, desenvolvedores estão trabalhando em roupas inteligentes. A Xenoma, por exemplo, conta com um pijama capaz de analisar padrões de sono e prever quedas, entre outras funções. A empresa também tem uma camiseta que monitora sinais vitais e movimentos para alertar motoristas distraídos ou com risco de dormir ao volante, evitando acidentes de trânsito.

Para saber um pouco mais sobre o evento e conhecer outras soluções, recomendamos a leitura da reportagem [“A tecnologia a serviço da saúde e do bem-estar é um dos principais destaques do CES 2020”](#), da Época Negócios.

ADEQUAÇÃO À REGULAMENTAÇÃO PODE ESTAR INFLUENCIANDO O TOTAL DE BENEFICIÁRIOS

IESS – 26/01/2020

Houve aumento de 0,5% no total de planos posteriores à Lei 9.656/98 entre novembro de 2019 e o mesmo mês de 2018. O que significa 221,3 mil novos beneficiários de planos médico-hospitalares. Além do aumento de vínculos, este resultado tem implicações que nos parecem especialmente positivas.

De acordo com a [análise especial desta NAB](#), esse movimento parece estar associado a uma adequação de contratos à regulamentação atual. Isso porque, apesar de a

legislação do setor já ter completado mais de 20 anos, ainda há um número significativo (3,7 milhões) de planos antigos. Aqueles anteriores à Lei 9.656/98 que não foram adaptados ao modelo atual e, portanto, podem apresentar fragilidades contratuais para as Operadoras de Planos de Saúde (OPS) e/ou, ainda pior, para seus beneficiários.

Confrontando os novos contratos firmados nos 12 meses encerrados em novembro do ano passado contra os que foram rompidos, o saldo foi de 12,5 mil vínculos desfeitos –

como mostra a [última edição da NAB](#) (agora com nova diagramação, vale lembrar), [já comentada aqui](#).

Contudo, antes de olhar os dados de forma negativa, o cômputo geral indica que o mercado pode estar passando por uma reestruturação positiva. No total, houve uma redução de 6% ou 233,8 mil contratos antigos no período analisado. Praticamente o mesmo número de novos vínculos com planos médico-hospitalares. Obviamente, nem todos os novos

beneficiários advêm de novas contratações. Também há migrações e ajustes de planos nesse meio.

Esta mudança, olhando estritamente para o perfil de planos, é positiva para o setor. Especialmente porque garante mais segurança jurídica para todos os envolvidos e, como [já comentamos](#), a judicialização na saúde, que consome indevidamente importantes recursos que poderiam ser melhor aproveitados com o atendimento assistencial dos beneficiários.

ANS PROMOVE NOVOS ENCONTROS DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS DE ATUALIZAÇÃO DO ROL

ANS – 24/01/2020

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), por intermédio da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos (DIPRO), deu continuidade nos dias 21 e 22/01 às reuniões de análise das propostas de atualização do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde (ciclo 2019-2020). Este é o primeiro ciclo de reuniões com a nova metodologia de atualização do Rol, cujas regras estão estabelecidas na Resolução Normativa Nº 439/2018.

Nos encontros, estão sendo avaliadas as sugestões de tecnologias em saúde submetidas no processo de atualização do Rol e consideradas elegíveis. Participaram das atividades os membros da Câmara de Saúde Suplementar (CAMSS), os autores das propostas elegíveis e representantes de entidades representativas do setor. Ao todo foram avaliadas 12 sugestões que levaram em conta a viabilidade econômica, vantagens e fragilidades, além das formas de execução dos projetos.

As reuniões foram coordenadas pelo Gerente-Geral de Regulação Assistencial Substituto, Teófilo Rodrigues, e pela Gerente de Assistência à Saúde Substituta, Ana Cristina Martins. Teófilo enfatizou a importância das discussões para a atualização do rol. “As reuniões têm sido essenciais e esclarecedoras para que a ANS tenha mais fundamentos para seguir com o processo, que será somado a outros dados de avaliação e analisado pela equipe técnica”, explicou.

Veja abaixo as tecnologias em saúde analisadas e as indicações de uso:

Dia 21/01

1. Axitinibe: Tratamento de segunda linha do carcinoma de células renais metastático

2. Cabozantinibe: Tratamento do Carcinoma de Células Renais avançado ou metastático – 2ª linha ou posteriores

3. Lenvatinibe: Em combinação com Everolimo para o tratamento de carcinoma de células renais avançado após tratamento prévio com terapia anti-angiogênica

4. Regorafenibe: Tratamento do carcinoma colorretal (CCR) metastático em terceira linha

5. Regorafenibe: Tratamento do carcinoma hepatocelular (CHC) em segunda linha

6. Lenvatinibe: Tratamento de pacientes com carcinoma hepatocelular avançado ou não ressecável em primeira linha

Dia 22/01

1. Lenvatinibe: Tratamento de câncer diferenciado da tireoide refratário à radioiodoterapia

2. Teste molecular por perfil de micro RNAs nódulos de tireoide Classificação de nódulos de tireoide

3. Vandetanibe: Tratamento de pacientes com carcinoma medular de tireoide localmente avançado irresssecável ou metastático

4. Cobimetinibe: Tratamento de melanoma positivo para mutações BRAFV600 irresssecável ou metastático, em combinação com vemurafenibe

5. Dabrafenibe em combinação com trametinibe: Tratamento adjuvante de pacientes adultos com melanoma de estágio III com mutação BRAF V600, após ressecção completa

6. Vismodegibe: Tratamento de carcinoma basocelular avançado

As próximas reuniões estão agendadas para os dias 04 e 05 de fevereiro de 2020, na sede da ANS, na cidade do Rio de Janeiro.

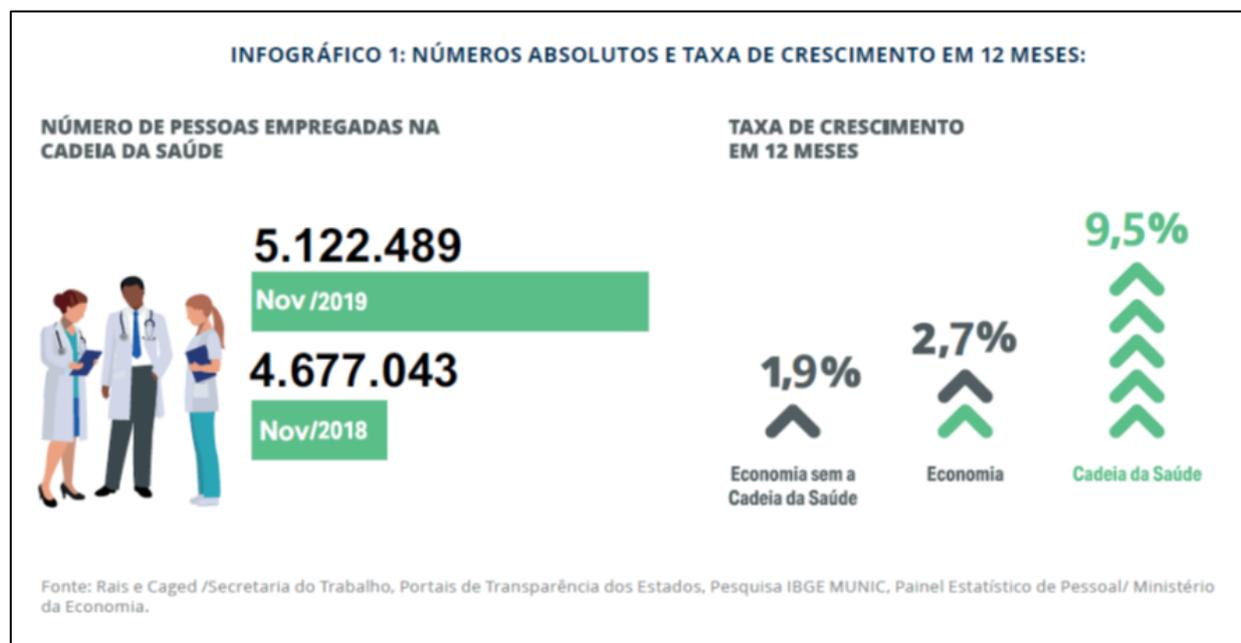
[Confira aqui o cronograma das próximas reuniões..](#)

EMPREGO NA SAÚDE AVANÇA QUASE 10%

IESS – 23/01/2020

A cadeia produtiva da saúde emprega 5,1 milhões de brasileiros. O número representa um aumento de 9,5% na comparação entre o resultado de novembro de 2019 e o mesmo mês do ano anterior, quando o setor era responsável por 4,7 milhões de

postos de trabalho formal, de acordo com a nova edição do [Relatório de Emprego na Cadeia Produtiva da Saúde](#), que acabamos de publicar.



O levantamento indica que o setor privado responde pela maior parte desses empregos: 70,4% ou 3,6 milhões. Sendo que 1,9 milhão destes concentram-se no sudeste do País.

A região também apresenta o maior número de trabalhadores no setor público: 546,1 mil. O que equivale a 35,9% dos 1,5 milhão dos contratados pelas esferas municipal, estadual e federal, independentemente do tipo de vínculo (estatutários, CLT, cargos comissionados, entre outros).

O relatório ainda revela que os municípios são os responsáveis pela maior parte dos empregos públicos do setor no País independentemente da região analisada. No total, esta esfera responde por 921,3 mil postos de trabalho enquanto os estados somam 353,4 mil funcionários e a União, por 243,4 mil.

Nos próximos dias iremos analisar outros dados da publicação, mas você também pode consultar as informações sobre admitidos e desligados em gráficos interativos no [IESSdata](#).

PLANOS ODONTOLÓGICOS: NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS PODE CHEGAR A 27,4 MIL

Revista Apólice – 21/01/2020

De acordo com representantes do setor, brasileiros estão contratando mais planos odontológicos devido ao menor custo e também por maior conscientização da importância da saúde bucal

EXCLUSIVO – A boca desempenha importantes funções para a saúde de todo o organismo. Além de exercer papel relevante na fala, mastigação e respiração, é a maior cavidade do corpo a ter contato direto com o meio ambiente, tornando-se uma das principais portas de entrada para bactérias e outros microrganismos prejudiciais à saúde.

O problema é que mesmo os procedimentos mais simples e baratos, quando executados com regularidade, podem acabar pesando no bolso. A melhor saída para quem está procurando evitar problemas dentários é, sem sombra de dúvidas, a adesão a um plano odontológico.

O número de beneficiários de planos odontológicos se manteve estável em novembro do ano passado quando comparado ao mesmo período em 2018. De acordo com dados da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), foram registrados 47.223.963 usuário no País.

As perspectivas continuam positivas para 2020 e tudo indica que o segmento continuará crescendo, mantendo a trajetória dos últimos cinco anos. Segundo o departamento de Economia do Sinog (Sindicato Nacional das Empresas de Odontologia em Grupo), até o fim do ano 27,4 milhões de pessoas contarão com a cobertura de um plano odontológico. O número é maior que a população da Austrália.

“A conscientização sobre a importância da saúde bucal tem levado as pessoas a buscarem acesso ao cirurgião-dentista. Além disso, a segurança de ter uma cobertura ampla, com profissionais qualificados e com um ticket médio acessível nas diversas regiões do País, são fatores que vêm despertando o interesse da população”, afirma Geraldo Almeida Lima, presidente da entidade.

Litza Bernardes Gonçalves, gerente Sênior de Produtos na Amil Dental, afirma que “por meio de um pagamento mensal, o beneficiário já tem cobertas às principais ocorrências, evitando, assim, gastos inesperados”. Ela reforça também que o sorriso proporciona mais bem-estar e confiança para apresentações em ambientes sociais e no trabalho.

No segmento de planos coletivos empresariais, o que está levando as companhias a oferecerem o benefício para os

seus funcionários é o fácil acesso ao produto, já que existem coberturas a partir de R\$ 20 reais. “Oferecer um plano odontológico é uma maneira de também reter os colaboradores, pois eles acabam se sentindo seguros e entendendo que a empresa está se importando com o seu bem estar”, afirma Claudio About, diretor Administrativo Financeiro do Inpao Dental.

Entretanto, apenas em 2019 a ANS recebeu quase duas mil reclamações de usuários insatisfeitos com os planos que contrataram, um índice 13,5% maior do que o registrado em 2018. Grande parte das insatisfações eram relacionadas aos serviços cobertos pelo plano.

“As operadoras estão investindo em tecnologia para realizarem diagnósticos e também na prevenção de fraudes e desperdícios que venham a diminuir seu desempenho no atendimento ao cliente. O momento que o setor vive é positivo e esperamos que continue nesse ritmo de crescimento, pois é fundamental que o povo brasileiro conte com o acesso a uma odontologia de qualidade”, ressalta José Cechin, superintendente executivo do IESS (Instituto de Estudos de Saúde Suplementar).

Fonte: As matérias publicadas nesta Newsletter são de assuntos de consultoria atuarial e do o setor de saúde suplementar, sendo de responsabilidade de seus autores e não refletindo, necessariamente, a opinião da Milliman.

Nota: Para **incluir** ou **alterar** seu e-mail na lista de destinatários do Newsletter, envie uma mensagem com sua solicitação para saude@milliman.com.

Para **remover** da lista, por favor, responda esta mensagem com o assunto 'Remover' no campo assunto.

A Milliman está entre os maiores fornecedores mundiais de produtos e serviços atuariais e relacionados. A empresa possui práticas de consultoria em seguros de vida e serviços financeiros, seguros de propriedades e acidentes, saúde e benefícios aos empregados. Fundada em 1947, a Milliman é uma empresa independente com escritórios nas principais cidades do mundo.

milliman.com

© 2018 Milliman, Inc. Todos os direitos reservados. Os materiais neste documento representam a opinião dos autores e não são representativos das opiniões da Milliman, Inc. A Milliman não certifica as informações, nem garante a exatidão e integridade de tais informações. O uso de tais informações é voluntário e não deve ser invocado a menos que uma revisão independente de sua precisão e integridade tenha sido realizada. Os materiais não podem ser reproduzidos sem o consentimento expresso da Milliman.